

GEOGRAFIAS IMPERIAIS: O CASO DE HALFORD JOHN MACKINDER (1861- 1947)

GUILHERME RIBEIRO¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Preâmbulo: breve olhar sobre a história do pensamento geográfico

Quanto mais conhecemos o pensamento de nossos geógrafos ditos “clássicos”², mais nos surpreendemos com sua riqueza e complexidade. Nas últimas três décadas estamos descobrindo os segredos revelados por essa verdadeira “caixa-preta” que tem sido a história do pensamento geográfico. Sim, pois, exceção feita às obras *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea* e *La formation de l'école française de géographie*, assinadas respectivamente por Horacio Capel e Vincent Berdoulay e ambas datadas de 1981 (CAPEL, 1981; BERDOULAY, 1981), tudo nos leva a crer que as investigações mais substanciais em torno deste domínio foram publicadas a partir dos anos 1990. A saber: *The geographical tradition. Episodes in the history of a contested enterprise*, de David Livingstone (1992); *Geography and Empire*, organizado por Neil Smith e Anne Godlewska (1994); *Histoire de la géographie française de 1870 à nos jours*, de Paul Claval (1998); *Imaginaire, science et discipline*, de Olivier Soubeyran (1997); *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*, de Anne Godlewska (1999); *Le Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache dans le labyrinthe des formes*, organizado por Marie-Claire Robic (2000); *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin*

¹ Doutor em Geografia pela UFF, com estágio doutoral pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV). Pós-Doutor em Geografia pela UFMG. Professor Adjunto III do Departamento de Geociências da UFRRJ. Trabalho elaborado no âmbito das atividades do nosso Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ). Apoio: FAPERJ e FAPUR.

² Vide comentário sobre este termo na conclusão do artigo.

du XIXe siècle/entre-deux-guerres), tese de doutorado de Jean-Baptiste Arrault (2007); e *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècles)*, organizado por Pierre Singaravélou (2008). (LIVINGSTONE, 1992; SMITH & GODLEWSKA, 1994; CLAVAL, 1998; SOUBEYRAN, 1997; GODLEWSKA, 1999; ROBIC, 2000; ARRAULT, 2007; SINGARAVÉLOU, 2008).

As ciências do homem nos colocam diante de dilemas ético-morais. Por este motivo, não existe sociologia, antropologia ou história neutras e isentas de julgamentos de valor. A geração de geógrafos amadurecida em meio à Guerra Fria e à Descolonização e que assumiu uma postura política de esquerda quis desvincular seu *métier* e sua *práxis* do que aqui chamaremos de *geografias imperiais*. Era preciso questionar a geografia por dentro. Portanto, nada mais compreensível que o passado fosse algo a ser contornado e, no limite, “superado”. Visto como *tradição negativa* associado ao determinismo, ao imperialismo e à geopolítica nazi-fascista, nada parecia justificar o estudo de geógrafos como Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de la Blache (1845-1918), Albert Demangeon (1872-1940) e Halford John Mackinder (1861-1947).

Comparada a este quadro, a geração de geógrafos que viu cair o Muro de Berlim e emergir uma Nova Ordem Mundial foi beneficiada pela história, pois suas escolhas ideológicas já não precisavam mais encerrar-se na polarização capitalismo-socialismo. Nem é preciso dizer o quanto a tecnologia também a favoreceu, pois fontes, arquivos, textos e imagens outrora disponíveis apenas in loco agora podem ser acessadas de qualquer lugar do mundo pela rede mundial de computadores.

Grosso modo, tais aspectos ajudam a entender um pouco o crescente interesse dos geógrafos em direção à sua trajetória. De qualquer forma, cabe perguntar: quais motivos *políticos* estão por trás desta movimentação? Sim, pois não se trata meramente de recuperar uma herança em nome de uma *tradição* a ser permanentemente atualizada, mas de compreender tanto o engajamento dos clássicos da geografia com o colonialismo para além dos estereótipos quanto identificar a contribuição deles no exame da constituição do mundo moderno. Em termos claros, é mister separar o joio do trigo, pois, se rejeitarmos a priori a obra de nossos antecessores por causa de suas orientações políticas conservadoras, corremos o risco de sermos (ou, de certa forma, já somos?) uma corporação em constante crise de identidade. Além disso, a atividade intelectual não pode ser movida pelas normas do faroeste: ela exige, *avant tout*, abertura do espírito — o que não significa, evidentemente, permissividade.

Em síntese, indagar as visões de mundo e as intervenções dos geógrafos clássicos nos debates públicos no período compreendido entre a emergência da Alemanha e o fim da hegemonia mundial europeia (1871-1945) é essencial se quisermos saber mais sobre nosso tempo e sobre o estado atual da ciência geográfica.

A centralidade do território constituindo a *geo-política*

Parece curioso que o nome do britânico Mackinder esteja diretamente associado à geopolítica e que o do francês Vidal de la Blache não. Ou, o que é a mesma coisa, soa estranho conceber a geopolítica e a geografia como campos apartados e, mesmo, diferentes. É preciso olhar com mais atenção para o processo histórico de formação da modernidade, pois este é indissociável dos imperativos econômicos e políticos que impeliram a Europa à expansão territorial. Retrocedendo ainda mais na história, assim procede o teórico do direito e partidário do Nacional-Socialismo, Carl Schmitt (eis novamente a questão do dilema moral anteriormente evocada!), cujo *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum* é praticamente uma explicação global da história à luz das disputas e conquistas territoriais — do Império Romano ao século XX³ (SCHMITT, 2014 [1950]). Interpretação parecida fizera Ratzel em seu pioneiro *Politische Geographie* (1897). Afinal, o que é o conceito de espaço vital (*Lebensraum*) senão o reconhecimento da necessidade histórica do *território* para o progresso da nação e do Estado modernos? (RATZEL, 1988 [1897]). Notadamente, esta não é uma prerrogativa associada apenas à tardia unificação do Estado alemão, estando presente também nas reflexões dos imperialistas franceses Vidal de la Blache e Albert Demangeon e, com toda a certeza, na pena de Mackinder.

Eis o que devemos levar em consideração: a historicidade. Para a moderna e contemporânea história europeia, o *território* assume papel nuclear. Ao nosso ver, ele é o principal motivo a justificar a criação dos cursos universitários de geografia na Prússia, na França e na Inglaterra no decorrer da segunda metade do século XIX. Ensinar geografia era dever do Estado, pois soldados precisavam decodificar mapas (e as táticas deles dependentes) e as crianças deviam conhecer as paisagens e as regiões de seu país. O nacionalismo passava obrigatoriamente pelo solo e pelas

³ Não por acaso, no prefácio desse livro, Schmitt declara literalmente: “Sou muito grato aos geógrafos, sobretudo a Mackinder” (SCHMITT, 2014:33 [1950]).

fronteiras. Aderir à geografia era aderir à própria pátria. Um instrumento cívico (ESCOLAR, 1993; RIBEIRO, 2009).

Daí a admiração de Mackinder pelo investimento em geografia realizado pela educação pública prussiana⁴ sob influência dos militares — elogio declarado sem maiores receios logo após a Primeira Guerra Mundial —, disseminando por toda a sociedade uma forma estratégica de pensar (MACKINDER, 1919:27-30). Eis o que ele pretendia para a Inglaterra: por meio de imagens e de cartas, ampliar a capacidade de reflexão e de ação dos jovens, dos negociantes e dos homens de Estado no tratamento das matérias geográficas. Estas aumentavam de complexidade em virtude da constituição de um sistema-mundo cada vez mais integrado — algo que não passou despercebido por Mackinder, para quem os cidadãos de um império verdadeiramente mundial como o britânico tinham a obrigação de pensar a partir exatamente desta escala de referência, tarefa que, ainda segundo ele, demandava ampla capacidade de visualização (MACKINDER, 1911:83-84).

No entanto, os estudos dedicados ao pensamento geográfico optaram por apresentar a geografia como o estudo das relações entre o homem e o meio e, a reboque, edificaram uma agenda de pesquisas consagrada majoritariamente à discussão epistemológica. Assim, geógrafos estão bastante familiarizados com debates sobre o “verdadeiro” objeto de sua ciência e a suposta ausência de método que a caracteriza; os nexos um tanto quanto frágeis entre descrição e explicação, geografia regional e geografia geral; as intermináveis contendas em torno da definição mais precisa dos conceitos de paisagem, território, espaço, região e lugar; a inexistente, porém amplamente difundida, polarização entre determinismo e possibilismo.

O problema não está propriamente na atenção devotada a estes temas, mas sim no fato de que eles foram abordados *à margem e em detrimento da natureza política da geografia*. Eles ocuparam o centro das preocupações dos geógrafos quando, ao nosso ver, não eram senão *efeitos* de uma questão muito mais relevante. A saber, a conquista e a colonização territorial europeia disseminada em escala global e que resultou em duas guerras mundiais. Independente do objeto a ser investigado, as pesquisas

⁴ Ele já manifestara apreço pela geografia alemã e sua organização institucional, tomando-a como modelo para o desenvolvimento da geografia em seu país (MACKINDER, 1895). Fenômeno semelhante ocorre (não sem tensões, porém) com a geografia francesa (cf. BERDOULAY, 1995 [1981]).

ligadas à história da geografia dificilmente deveriam renunciar a isto, pois tal estrutura histórica é a matéria-prima que dá forma e conteúdo à geografia moderna. Destarte, não é mera coincidência averiguar o envolvimento explícito de Ratzel, Vidal de la Blache e Mackinder com o imperialismo, assim como também não é acidental encontrar uma série de intersecções nas obras de tais autores — muito pelo contrário.

Vejam os: se superarmos os tradicionais recortes estatais nos quais as ciências humanas tiveram origem — no caso específico da geografia, as “Escolas Nacionais” — e explorarmos métodos ligados ao cruzamento e à circulação dos saberes (vide WERNER & ZIMMERMANN, 2004), não será difícil notar uma *unidade temática* envolvendo os três geógrafos citados. Eles partilham preocupações referentes à manutenção e à dilatação de seus impérios (incluindo a problemática das *fronteiras*); à conexão dos espaços dada pelos transportes e comunicações; à formação da escala-mundo; ao fortalecimento econômico dos mercados nacionais; à adaptação das civilizações aos mais diferentes ambientes e à influência destes sobre o processo histórico em geral. Suas geografias realmente possuem um núcleo comum: a Terra como legítima plataforma de difusão do *modus vivendi* europeu (RATZEL, 1988 [1897]; VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917], 1921; MACKINDER, 1919).

Inútil esclarecer que eles guardam suas especificidades linguísticas, conceituais e metodológicas. Todavia, encerrar a análise de suas obras na esfera nacional seria adotar a própria ideologia neles contida, cuja consequência negativa para a história da geografia foi, dentre outras, a bipartição entre a geografia como ciência desinteressada da política e a geopolítica como política territorial operada exclusivamente em nome do nazismo. Não foi esta a posição de geógrafos *notoriamente engajados no terreno geopolítico* como o francês Albert Demangeon e o norte-americano Isaiah Bowman? (DEMANGEON, 1932, 1939; BOWMAN, 1942). Não foi esta a postura do historiador francês Lucien Febvre tentando, com um único golpe, desmerecer a geografia ratzeliana e negligenciar a forte marca política da obra de Vidal de la Blache? (FEBVRE, 1991 [1922]). No fundo, não é esta clivagem a principal responsável pela exclamação lacosteana nos anos setenta? (LACOSTE, 1988 [1976]).

Por uma geopolítica das imagens

Dados os argumentos em tela, não há nenhuma contradição no fato de Mackinder assumir a condição de *geógrafo imperial*: cofundador e diretor da *London School of Economics and Political Science* (1903 e 1908), parlamentar entre os anos 1910 e 1922 e nomeado alto comissário para o sul da Rússia após 1918. Provavelmente nenhum outro geógrafo contemporâneo teve tanta projeção política quanto ele (vide detalhamento deste aspecto na página seguinte). Ele trabalha para a glória de Sua Majestade. Seus interesses são político-econômicos. É um “realista” — como não utilizar este termo senão entre aspas, uma vez que o real é sempre uma *construção* do pesquisador? — no sentido de enxergar as relações internacionais sob o prisma da desigual distribuição de recursos naturais entre as nações. Sua interpretação dos pactos interestatais o leva a esperar sempre o pior, pois todos os não-aliados são potenciais inimigos. Não há lugar para idealismos: Estados democráticos devem estar preparados para a guerra. É indisfarçável sua impaciência diante das posições tomadas por Londres durante a Primeira Guerra Mundial, reação que ele acaba por estender aos demais países: “Não foi por falta de aviso que as democracias ocidentais estavam despreparadas para a guerra” (MACKINDER, 1919:32). Ele não chega a asseverar que “a democracia é incompatível com a organização necessária para a guerra contra as autocracias”? (Idem, p.21). Aliás, para ele a Guerra de 1914-1918 teve como implicação conferir à geografia o lugar de destaque que lhe era devido (MACKINDER, 1921).

Não se pode olvidar que sua perspectiva “realista” foi acirrada pela Revolução Industrial, fenômeno que, ao aprofundar os laços econômicos, acentuou ainda mais a disputa por recursos e por território — cujo efeito não poderia ter sido outro senão o de ressaltar o valor da geografia. Segundo Gerry Kearns, influenciado pelo darwinismo social então dominante em espaços por ele frequentados como a *Royal Geographical Society*, Mackinder situava a *força* como alicerce do contrato social. Opositor do Trabalhismo, de Lênin e da Rússia, também era desfavorável ao voto feminino (KEARNS, 2010:193-196; ver, para maiores informações, KEARNS, 2009).

<p>1900 General Election: contests Warwick and Learnington Spa as a Liberal Imperialist (Limp)</p> <p>1902 Founder member of Co-Efficients Dining Club—the Co-Efficients were interested in promoting national efficiency; appointed to represent the Victoria League on the Colonial Office Visual Instruction Committee</p> <p>1903 Abandons Limps, becomes a Chamberlainite, and joins the Conservative and Unionist party; joins Stafford House Group and the newly formed Tariff Reform League</p> <p>1904 Founder member of The Compatriots, an organization promoting the broader patriotism of the British Empire</p> <p>1906 General Election—Mackinder does not contest a seat</p> <p>1908 Resigns as director of the LSE; joins Lord Milner's imperial unity group; visits Canada and delivers speeches on imperial unity</p> <p>1909 Contests the Hawick Burghs by-election as a Conservative Unionist, and is defeated by Liberal candidate; in June, adopted as Conservative and Unionist candidate for Camlachie (Glasgow)</p> <p>1910 January General Election: wins Camlachie, defeating a Liberal and a Labour candidate; December General Election: retains Camlachie by 26 votes</p>	<p>1914 Committee on war loans for the small investor</p> <p>1917 Chairman of the Tariff Reform League</p> <p>1918 General Election: retains Camlachie by a substantial majority, as Coalition Unionist</p> <p>1919 British High Commissioner to South Russia (October 1919 to February 1920)</p> <p>1919 Royal Commission on Income Tax; Royal Commission on Awards to Inventors</p> <p>1920 Knighted for Public and Parliamentary services; appointed chairman of the Imperial Shipping Committee</p> <p>1921 Committee on Regionalization of British Railways</p> <p>1922 General Election: lost Camlachie to Labour party candidate</p> <p>1923 Refused invitation to contest Camlachie again</p> <p>1924 Royal Commission on Food Prices</p> <p>1925 Appointed chairman of the Imperial Economic Committee</p> <p>1926 Sworn of the Privy Council</p> <p>1930 Resigns chairmanship of the Imperial Economic Committee</p> <p>1939 Resigns chairmanship of the Imperial Shipping Committee—due to war the resignation did not take effect until 1945</p>
--	--

Foto 1: carreira política de Mackinder.

Fonte: Brian W. Blouet (1987).

No entanto, seu pragmatismo não lhe impediu de explorar a dimensão *imagética* da geografia. Como bem destacaram o historiador Eric Hobsbawm e o geógrafo Félix Driver, o imperialismo possui forte componente simbólico (HOBBSAWM, 1987; DRIVER, 1992), aspecto reconhecido nas páginas de *The teaching of geography from an imperial point of view, and the use which could and should be made of visual*

instruction (MACKINDER, 1911). Dada a preocupação com a *unidade do Império* e sua integração, Mackinder opta por explorar a *paisagem* como elemento articulador entre a metrópole e as colônias, pois apostava no fato de que conhecê-la pudesse gerar um sentimento de reconhecimento mútuo entre as diferentes partes e membros do Império. No âmbito do intrincado sistema educacional colonial (cf. ANDERSON, 2008 [1983]), ao manipular imagens coloniais e metropolitanas caberia ao ensino de geografia tomar a dianteira desta empreitada, diminuindo a distância física e aguçando a imaginação através do magnetismo provocado pelas paisagens.

Entretanto, não estamos diante de uma abordagem culturalista. Em um mundo de progressivo controle humano sobre a natureza, intensamente alterado pelo desenvolvimento dos transportes, das comunicações e da economia e no qual as grandes corporações⁵ possuem quase tanto poder quanto os governos, Mackinder situa a geografia no cerne de um projeto político e intelectual ambicioso: ensinar seus compatriotas a pensar o espaço em termos globais, estratégicos. Aliás, ele refere-se à geografia como um modo especial de reflexão, uma forma particular de imaginação (MACKINDER, 1911:80), algo que reflete sua apreensão clarividente de que as condições de organização do espaço e do tempo não são mais as mesmas de outrora. Em uma passagem lapidar anotada em 1914, ele sintetiza assim sua leitura dos tempos modernos:

“Foi-se o tempo em que a organização do governo, do comércio ou da indústria era relativamente simples. Como vimos, cada um de nossos condados era, em larga medida, uma comunidade independente. Cada país do mundo era definitivamente uma comunidade separada. O comércio internacional era particularmente um luxo. Hoje, nós praticamente aniquilamos o espaço. Podemos nos comunicar quase que instantaneamente com as partes mais longínquas do mundo. (...) Quer estejamos conscientes disso ou não, o

⁵ “Great companies or corporations” são os termos por ele utilizados em *The modern british state. An introduction to the study of civics*, uma ampla radiografia política, econômica e geográfica do Reino Unido em princípios do século XX. Ele passa em revista tópicos como produção, administração, transportes, finanças, leis, indústrias, sindicatos e, como não poderia deixar de ser, os espaços coloniais (MACKINDER, 1914).

resultado é que nossas vidas estão ligadas ao mundo inteiro”⁶
(MACKINDER, 1914:253).

Diante desta conjuntura, era mister difundir, sobretudo entre as crianças e os jovens britânicos, uma representação geográfica à altura das conquistas imperiais. Para tanto, Mackinder recorre a fotografias, mapas e slides, estes últimos encarnando uma novidade tecnológica que, à sua maneira, recuperavam e atualizavam a rica herança pictórica da disciplina. Sua atração por este atributo é realmente digna de nota: seu artigo *Geography, an art and a philosophy* aprofunda os argumentos de *The teaching of geography...*: sendo a geografia uma “forma visual de pensar” (MACKINDER, 1942:122), caberia a ela papel complementar ao das artes literárias (idem, p.129). Entende-se: enquanto a literatura desenvolve um enredo lançando mão de *palavras*, a narrativa geográfica é tecida por meio de *imagens*. Aproximação notável, não?⁷

Geografia: arte, filosofia, ciência. Mas, também, *política da paisagem*. Aqui, devemos nos separar de Claude Raffestin, Dario Lopreno e Yvan Pasteur, cuja concepção *instrumental* de geopolítica não admite falar da mesma antes do aparecimento do vocábulo (RAFFESTIN, LOPRENO & PASTEUR, 1995:23 e 80). No entanto, Mackinder nunca utilizou a expressão *geopolitics*, mas isto não impediu que ele represente, “possivelmente, o modelo mais influente de geopolítica do século XX” (CAIRO CAROU, 2010:323). A esse respeito, gostaríamos de sugerir a seguinte interpretação: não havia motivo para o neologismo simplesmente porque não existia contradição alguma na interpretação política dos

⁶ Reflexão semelhante havia sido feita por Élisée Reclus vinte anos antes: “O primeiro fato a surpreender o homem sincero em seus estudos sobre as evoluções contrastadas do Homem e da Terra é a definitiva unidade processada na infinita variedade de regiões do mundo habitável. Antigamente, a história era composta de histórias distintas, locais e parciais (...) Agora, a história é aquela do mundo inteiro” (RECLUS, 1894:33). Por esta razão, Marie-Claire Robic reconhece tanto em Reclus quanto em Vidal de la Blache geógrafos que também perceberam a “globalização” operada na articulação entre os séculos XIX e XX (ROBIC, 2009).

⁷ Aliás, não podemos deixar de grifar o forte interesse pela dimensão *estética* entre os geógrafos de então: de Alexander von Humboldt à brilhante reflexão filosófica e metodológica sobre as relações entre ciência e arte presente em Ratzel, passando por Alfred Hettner e pela rica descrição das paisagens de Vidal de la Blache, *ciência e estética* fundem-se de maneira bastante fértil e particular. Parece-nos fundamental recuperar tal legado (HETTNER, 2013 [1927]; HUMBOLDT, 2010 [1827]; RATZEL, 2010 [1906]; VIDAL DE LA BLACHE, 1996-1997 [1902], 2007 [1903]).

fenômenos geográficos. Pelo contrário: este gênero de reflexão fazia parte de uma estratégia intelectual mais ampla de *renovação* e de *profissionalização* do conhecimento geográfico, de modo a diferenciá-lo dos relatos de viagem, da mera descrição e da pura localização. Essa “new geography” (o termo é dele) não devia restringir-se aos fenômenos físicos, mas incluir também a dimensão social dos fatos geográficos (MACKINDER, 1921:383). Daí seu empenho a favor da institucionalização universitária da geografia com a criação, em 1899, da *Oxford School of Geography* — “My dream was realized”, declara (idem, p.378) —, assim como sua disseminação nas escolas primárias e secundárias da Inglaterra, tal como ele mesmo testemunha em *Geography as a pivotal subject in education* (ibidem).

Munido destas intenções, Mackinder tornou-se um dos dois responsáveis pelo *Colonial Office Visual Instruction Committee* entre 1902 e 1911. Quer dizer: ao tomar para si todas as etapas referentes à concepção, à materialização e à divulgação da paisagem, fica clara a existência de uma *geopolítica da imagem* posta em prática pelo Império Britânico. Associando o interesse de Mackinder pela observação à experiência de treinamento militar quando estudante em Oxford, James R. Ryan mostra em detalhes como a atração e a repulsão pelo exotismo, preconceitos raciais, evolucionismo e ênfase aos benefícios aportados pelos britânicos fizeram das imagens do Comitê⁸, retratadas pelo artista-fotógrafo Hugh Fisher sob direção direta de Mackinder, verdadeiras peças de propaganda colonial (RYAN, 1994). Ainda que nem sempre eles concordassem entre si.

Enfim, mapas e paisagens foram — e, por que não dizer, continuam sendo? — os principais instrumentos manejados pelos geógrafos na construção de hierarquias globais. Apropriando-nos livremente do aporte foucaultiano (FOUCAULT, 1971 [1970]), cumpre à nossa geração *atualizar o passado* e interrogar quais foram os sujeitos, os territórios e os temas que permaneceram à margem da *ordem discursiva espacial* consagrada pela modernidade.

⁸ Em seu texto, Ryan expõe quatro imagens capturadas por Fisher. Porém, dada sua precária qualidade visual, achamos por bem não reproduzi-las aqui, mas sim a capa interna de *Eight lectures on India* (MACKINDER, 1910). Infelizmente, esta versão não possui os slides. Detalhe para a observação a caneta: *Confidencial. Ainda não-publicado.*

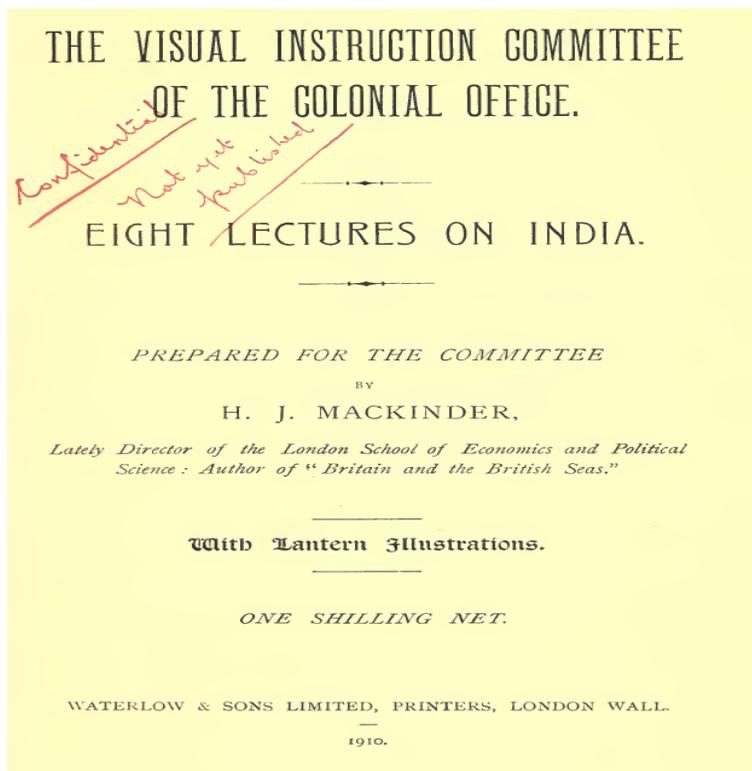


Figura 2: capa interna de *Eight lectures on India*, de Mackinder (1910).

Fonte: <https://archive.org/details/eightlecturesoni00mackiala>

Conclusão: um convite ao estudo dos “clássicos”

Para a parcela do campo geográfico brasileiro que reconhece a importância da memória e da história, a tradução de *The teaching of geography from an imperial point of view, and the use which could and should be made of visual instruction* na ocasião do centenário da Primeira Guerra Mundial possui relevante sentido simbólico e político. Nunca é

demais recordar a participação de geógrafos como Mackinder, cuja elaboração da imagem do mundo sob os auspícios do pragmatismo, do belicismo e da competição carece ser recuperada — e censurada.

Dentre as razões para fazê-lo, em tempos de reestruturação das relações globais e de crise econômica na Europa e nos Estados Unidos sempre existem aqueles dispostos a justificar intervenções militares em nome da democracia e da liberdade. No entanto, sabemos que esta movimentação acaba por perverter os sentidos de tais conceitos, tal como expõe com todas as letras Tzvetan Todorov em sua pertinente crítica às ações geopolíticas perpetradas pelos países centrais na era global (TODOROV, 2012).

Ademais, no instante em que redigimos o presente texto (maio de 2014), o presidente russo Wladimir Putin apoiou militarmente a demanda por independência de separatistas ucranianos favoráveis à Rússia na região da Criméia, deflagrando reações diplomáticas adversas da União Europeia, dos Estados Unidos e, claro, da própria Ucrânia — antiga república da União Soviética, cumpre lembrar. A fim de contornar possíveis sanções econômicas oriundas dos países centrais e, ao mesmo tempo, equilibrar ainda mais o jogo de forças internacional, o mesmo Putin acaba de assinar um acordo comercial de trinta anos com a República Popular da China visando fornecer gás natural ao Império do Meio. Portanto, parece fazer sentido a pertinente observação de Heriberto Cairo Carou referente à “persistência de uma interpretação *telúrica* da política global” (CAIRO CAROU, 2010, grifo nosso).

Acontecimentos assim trazem imediatamente à tona a famosa conferência *The geographic pivot of history*, proferida por Mackinder na *Royal Geographical Society* em abril de 1904. Ele recupera tanto o perigo histórico oferecido à Europa pelas invasões advindas do Leste (algo contornado apenas pela travessia do Atlântico e pela posse do Novo Mundo), quanto enfatiza a proeminência geopolítica global deste mesmo Leste: a Eurásia, o *heartland*, o poder terrestre. Uma vez encerrada a Época Colombiana no início do século XX, tal poder passará doravante a ocupar papel central. Quer dizer: para um intelectual e para um político comprometido com o desenvolvimento de seu Império, que refletia em termos de *posição* e *situação* e sabia bem o valor das matérias-primas na

manutenção da prosperidade econômica britânica, inquietar-se com a Rússia (e também com a China) era praticamente inevitável⁹:

“Não é a região pivô da política mundial essa extensa zona da Eurásia inacessível às embarcações (...) mas que hoje está prestes a ser coberta por uma rede de ferrovias? Existiam e existem ali condições de mobilidade de poder militar e econômico de caráter de longo alcance, ainda que limitado (...). No mundo todo, ela [a Rússia] ocupa a mesma posição estratégica central que a Alemanha ocupa na Europa” (MACKINDER, 2011: 97 [1904]).

Michael Heffernan frisa com propriedade que o receio de Mackinder era uma aliança entre Rússia e Alemanha (HEFFERNAN, 2000:35), algo que realmente viria a ocorrer por ocasião do Pacto Mólotov-Ribbentrop em 1939. Em artigo na *Foreign Affairs* surgido em plena Segunda Guerra Mundial, Mackinder continuaria a sustentar o peso da URSS e do conceito de *heartland*, elaboração esta, “mais válida e útil hoje que há vinte ou quarenta anos” (MACKINDER, 1943:603).

Enfim, este já seria objeto para outro texto. Por ora, nosso intuito maior foi o de atrair o leitor em direção a um clássico da geografia como Halford John Mackinder. O termo *clássico* surge aqui deliberadamente, pois é preciso retirar o conteúdo pejorativo que a história do pensamento geográfico a ele vinculou, dotando-o de vida e de relevância histórica na busca pelo entendimento mais amplo possível dos *processos espaciais de constituição da modernidade*.

⁹ Do lado francês, Vidal de la Blache também não esqueceria da Rússia, pois sua proposta de construir uma Europa sob “bases mais largas” após a Primeira Guerra Mundial deveria deixar de lado antigos receios para com aquela nação e, obrigatoriamente, incorporá-la, “unindo em uma harmonia mais ajustada as forças do Leste e do Oeste” (VIDAL DE LA BLACHE, 1994:210 [1917]). Afinal, além de ser uma das maiores reservas do mundo, sua influência também é capaz de “comanda[r] o futuro da China” (idem, p.213).

Bibliografia

ARRAULT, Jean-Baptiste (2007). *Penser à l'échelle du Monde*. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres). Université Paris I, Thèse de doctorat de géographie. 705p.

ANDERSON, Benedict (2008 [1983]). *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras. 330p.

BERDOULAY, Vincent (1995 [1981]). *La formation de l'école française de géographie*. Paris: Éditions du CTHS. 248p.

BLOUET, Brian W (1987). Political geographers of the past V. The political career of Sir Halford Mackinder. *Political geography quarterly*, vol. 6, n. 4., oct., pp.355-367.

BOWMAN, Isaiah (1942). Geography vs. Geopolitics. *Geographical Review*, vol. 32, n.4, oct., pp.646-658.

CAIRO CAROU, Heriberto (2010). Comentario: “El pivote geográfico de la historia”, el surgimiento de la geopolítica clásica y la persistencia de una interpretación telúrica de la política global. *Geopolítica (s)*. Revista de estudios sobre espacio y poder, vol. 1, n. 2, pp.321-331.

CAPEL, Horacio (1981). *Filosofía e ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova. 509p.

CLAVAL, Paul (1998). *Histoire de la géographie française de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan. 543p.

DEMANGEON, Albert (1939). Géographie politique, à propos de l'Allemagne. *Annales de Géographie*, n. 272, pp. 113-119.

DEMANGEON, Albert (1932). Géographie politique. *Annales de Géographie*, n. 229, pp. 22-31.

DRIVER, Félix (1992). Geography's empire: histories of geographical knowledge. *Environment and planning D, Society and Space*, vol. 10, pp.23-40.

ESCOLAR, Marcelo (1993). *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec. 175p.

- FEBVRE, Lucien (1991 [1922]). *A terra e a evolução humana*. Introdução geográfica à história. 2ª ed. Lisboa: Cosmos. 339p.
- FOUCAULT, Michel. (1917 [1970]). *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard. 82p.
- GODLEWSKA, Anne (1999). *Geography unbound: French geographic science from Cassini to Humboldt*. Chicago: University of Chicago Press. 444p.
- GODLEWSKA, Anne, SMITH, Neil (ed.). (1994). *Geography and empire*. Oxford: Blackwell. 402p.
- HEFFERNAN, Michael (2000). Fin de siècle, fin du monde? On the origins of European geopolitics, 1890-1920. In: DODDS, Klaus, ATKINSON, David (ed.). *Geopolitical traditions*. A century of geopolitical thought. London and New York: Routledge, pp.27-51.
- HETTNER, Alfred (2013 [1927]). A geografia estética e a geografia como arte; O valor estético da paisagem. *GEOgraphia* (UFF), v. 15, n.30, pp.144-167.
- HOBBSBAM, Eric (1987). *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 546p.
- HUMBOLDT, Alexander von (2010 [1827]). Considerações introdutórias sobre as diversas formas de apreciar a natureza e uma investigação científica de suas leis. *Floema* (UESB), ano VI, n. 6, jan./jun., p. 203-230.
- KEARNS, Gerry (2010). Geography, geopolitics and Empire. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 35, pp.187-203.
- KEARNS, Gerry (2009). *Geography and Empire*. The legacy of Halford Mackinder. Oxford: Oxford University Press. 334p.
- LACOSTE, Yves. (1988 [1976]). *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus. 263p.
- LIVINGSTONE, David (1992). *The geographical tradition*. Episodes in the history of a contested enterprise. London/New York: Routledge. 434p.
- MACKINDER, Halford J. (1943). The round world and the winning of the peace. *Foreign Affairs*, vol. 21, n.4, jul., pp.595-605.

_____. (1942). Geography, an art and a philosophy. *Geographical Association*, vol. 27, n.4, december, pp.122-130.

_____. (1921). Geography as a pivotal subject in education. *The geographical journal*, vol. 57, n.5, may, pp.376-384.

_____. (1919). *Democratic ideals and reality*. A study in the politics of reconstruction. New York: Henry Holt and Company. 266p.

_____. (1914). *The modern british state*. An introduction to the study of civics. London: George Philip & Son. 270p.

_____. (1911). The teaching of geography from an imperial point of view, and the use which could and should be made of visual instruction. *Geographical Teacher*, 6, pp.79-86.

_____. (1910). *Eight lectures on India*. London: Waterloo & Son. 131p.

_____. (1904). The geographical pivot of history. *The geographical journal*, vol. 170, n.4, dec., pp.298-321. Versões em português: O pivô geográfico da história. *Geosp*, n.29, pp.87-100 (2011). Tradução: Fabrício Vasselai; O pivô geográfico da história. *Revista de Geopolítica*, Natal (RN), v.2, n.2, pp.3-27, jul.-dez. (2011). Tradução: Tiago Alberto Coloda e Bianca de Andrade¹⁰.

_____. (1895). Modern geography, German and English. *The Geographical Journal*, vol. 6, n. 4, oct. pp. 367-379.

RAFFESTIN, Claude, LOPRENO, Dario, PASTEUR, Yvan (1995). *Géopolitique et histoire*. Lausanne: Payot. 330p.

RATZEL, Friedrich (2010 [1906]). Ciência e arte. *GEOgraphia* (UFF), v.12, n.23. pp. 157-176.

_____. (1988 [1897]). *Géographie politique*. Paris: Economica. 385p.

RECLUS, Élisée (1894). Quelques mots d'histoire. *La société nouvelle*, 10ème année, CXIX, novembre, pp.489-494.

RIBEIRO, Guilherme (2009). Luta pela autonomia e pelo território: a geografia e os Estados alemão e francês na virada do século XIX para o século XX. *Mercator* (UFC), v. 8, pp.19-28.

¹⁰ Essa versão é a mais completa, já que inclui os comentários surgidos na sequência da conferência de Mackinder.

ROBIC, Marie-Claire (2009). De la relativité: Élisée Reclus, Paul Vidal de la Blache et l'espace-temps. In: BORD, Jean-Paul ; CATTEDRA, Rafael ; CREAGH, Ronald; MIOSSEC, Jean-Marie; ROQUES, Georges (éd.). *Élisée Reclus-Paul Vidal de la Blache. Le géographe, la cité et le monde hier et aujourd'hui. Autour de 1905*. Paris: L'Harmattan, pp.305-314.

_____. (dir.) (2000). *Le Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache*. Dans le labyrinthe des formes. Paris: Éditions du CTHS. 299p.

RYAN, James R. (1994). Visualizing imperial geography: Halford Mackinder and the Colonial Office Visual Instruction Committee, 1902-1911. *Ecumene*, 1 (2), pp.157-176.

SCHMITT, Carl (2014 [1950]). *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio. 351p.

SINGARAVÉLOU, Pierre (dir.) (2008). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX-XX siècle)*. Paris: Belin. 288p.

SOUBEYRAN, Olivier (1997). *Imaginaire, science et discipline*. Paris: L'Harmattan. 482p.

TODOROV, Tzvetan (2012). *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras. 215p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1921). *Principes de géographie humaine*. Paris: Armand Colin. 327p.

_____. (1994 [1917]). *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*. Paris: La Découverte. 285p.

_____. (2007 [1903]). La France. Tableau géographique. In: RIOUX, Jean-Pierre (éd.). *Tableaux de la France*. Paris: Omnibus, pp.319-783.

_____. (1996-1997 [1902]). Routes et chemins de l'ancienne France. *Strates* (On line), Crises et mutations des territoires, n.9.

WERNER, Michel, ZIMMERMANN, Bénédicte (dir.). (2004). *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris: Seuil. 239p.

Data de submissão: 30/05/2014.
Data de aprovação: 23/08/2014.